

A EMERGÊNCIA DA AMAZÔNIA COMO OBJETO DE SABER: INTELECTUAIS E INSTITUIÇÕES NO AMAZONAS (1917-1953)

Hélio Dantas*

Aproximadamente, desde o final do século XIX, intelectuais de diferentes áreas e interesses têm produzido textos sobre a *Amazônia*. Não seria novidade afirmar que tal vocábulo desperta ideias muito diversas, às vezes conflitantes, e está plenamente disseminado no senso comum: de músicas populares a telenovelas, de pacotes turísticos a programas governamentais. De todas as imagens que o termo Amazônia evoca, o mais reproduzido e reforçado pelo senso comum é o da natureza vasta e dominante e da presença humana escassa. É usual nas campanhas governamentais ou em propagandas de eventos culturais a utilização de tais imagens.

Não há dúvidas, inclusive, que a Amazônia é um objeto consolidado na pesquisa acadêmica. Contudo, mesmo no senso comum acadêmico tais imagens ainda são recorrentes. Mesmo em pesquisas que se propõem críticas, revisionistas ou de contraponto a uma “tradição” anterior, no momento de formulação de suas “contextualizações” remetem ainda que sub-repticiamente a tais imagens.

Buscando evitar as continuidades irrefletidas e as supostas obviedades e tranquilidades em que repousam certos conceitos na pesquisa histórica, torna-se importante problematizar o conceito de Amazônia, tentando perceber a sua historicidade e analisando os diferentes discursos que contribuíram para dar consistência a este objeto de saber, delimitando-o num recorte espacial, cultural e histórico específico.

Para dar conta da historicidade da Amazônia, parte-se do pressuposto teórico de que aquilo que entendemos como “real” ou “realidade” é construído socialmente através da *representação*. Este conceito, que ao longo do séc. XX permaneceu como um termo vago no senso comum das ciências humanas ganhou, recentemente, apuro teórico na pena de dois importantes autores: o sociólogo Pierre Bourdieu e o historiador Roger Chartier.

No final dos anos 1970, Bourdieu (2004, p. 107-132) publicou um artigo que se tornou seminal, a respeito da construção da ideia de região nas ciências sociais em geral. Para dar conta deste objetivo, acabou por discutir o conceito de representação. De acordo com o sociólogo francês, o pesquisador que se volta ao estudo da identidade regional ou étnica não

* Professor Mestre – Secretaria Municipal de Educação – Manaus/AM. E-mail: lathebios@gmail.com

deve partir em busca de “critérios objetivos” que a definiriam (como língua, dialeto ou sotaque), tendo em vista que estes são objeto de “representações mentais”.

O historiador francês Roger Chartier utiliza tal perspectiva em sua exposição das ferramentas teóricas da História Cultural: para ele, a representação é justamente aquilo que dá sentido ao mundo em que vivemos, numa via de mão dupla entre *representação* e *prática*: o discurso é produzido socialmente e o social é construído discursivamente. Assim como Pierre Bourdieu, Chartier busca superar a oposição representação/ realidade, para ele decorrente do que chama de “tirania do social”, ou seja, o cultural analisado por categorias sociais tidas como pré-existentes. Para o autor, conviria mais “considerar essas representações coletivas como matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social” (CHARTIER, 1991, p. 173-191).

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como o êxito (ou o fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida, ou negada (CHARTIER, 2001, p. 11).

A importância do conceito de representação para Roger Chartier está em sua capacidade de análise, pois permite o exame de três realidades: em primeiro lugar, das representações com as quais os indivíduos organizam seus esquemas de percepção e classificam, julgam e agem no mundo; em segundo lugar, das formas “objetais” – para usar o termo de Pierre Bourdieu – que conformam identidades coletivas e, por fim, a análise daqueles que detém o privilégio de estabelecer a coerência e a estabilidade das identidades coletivas assim afirmadas (CHARTIER, 1991, p. 183-184).

São as abordagens de Bourdieu e Chartier, assim, que fornecem a precisão teórica para a análise do processo de construção do conceito de Amazônia como um complexo sistema simbólico.

Buscou-se aprofundar e reforçar este aporte teórico, incluindo vários conceitos propostos por Michel Foucault, visto que este autor propôs uma historicidade radical ao afirmar que os objetos estudados pelo historiador não teriam uma existência prévia, e seria o próprio trabalho do historiador que os recortaria e os instauraria (FOUCAULT, 2000, p. 51).

Da mesma forma que Pierre Bourdieu e Roger Chartier, Foucault não está afirmando que “o real não existe” ou que os objetos seriam mero fruto da imaginação dos historiadores, mas que eles são frutos de práticas discursivas, ou seja, o historiador realiza um trabalho de recorte e seleção, partindo de rastros deixados pelo passado, que instaura os objetos;

procedimento esse que nunca é arbitrário, mas condicionado por práticas não discursivas que condicionam sua produção (FOUCAULT, 2000, p. 51).

Essa desnaturalização do objeto e a percepção de sua historicidade permitentender os objetos em sua singularidade, não sendo possível estabelecer nem uma origem e uma essência original, tampouco um encadeamento linear que projete retroativamente o objeto. Não é, por exemplo, possível fazer a *história da prostituição* ou a *história das cidades* ao longo dos séculos, visto que isso seria incorrer num anacronismo. Não há uma continuidade, com um referente de fundo permanente, que seria diferentemente nomeado ao longo do tempo.

Assim, ao voltar-se para o conceito em questão, não seria possível entender a Amazônia como um dado atemporal, naturalizado, que existiria desde uma *visão inaugural*, estabelecida pelos primeiros relatos dos europeus, e chegando até o presente como um acúmulo secular de representações. Pretende-se, assim, fazer uma análise que tente aproximar-se do momento em que a Amazônia foi recortada e instaurada enquanto um *objeto de saber*, e de como esse objeto foi adquirindo consistência.

A par dessas considerações teóricas iniciais, embasar-se-á a reflexão sobre a construção do conceito de *Amazônia* a partir de algumas conclusões do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., em seu estudo sobre a *invenção do Nordeste*, ou seja, a emergência do Nordeste enquanto objeto de saber. O objetivo é buscar fazer um paralelo da construção do conceito de Nordeste com a construção do conceito de Amazônia, guardadas as devidas proporções e limites comparativos.

Ao refletir sobre o surgimento do nacionalismo como condição de possibilidade da invenção da Nação brasileira, e do regionalismo como condicionador do surgimento de recortes espaciais e discursivos como o Nordeste e a Amazônia, Albuquerque Jr. (1999, p. 27) afirma que o que condicionaria o pensar em regiões seria primeiramente o pensar em nações. É o que o autor chama de *dispositivo das nacionalidades*. Dispositivo, no caso, é um conceito foucaultiano que pode ser definido como o conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas e a relação estabelecida entre elas, relações estas que permitem justificar práticas ou reinterpretá-las com a finalidade de, num determinado momento histórico, oferecer respostas a alguma demanda social, política ou econômica (FOUCAULT, 1997, p. 244). O *dispositivo das nacionalidades* teria definido, desde fins do séc. XVIII, mecanismos de delimitação territorial (estabelecimento de fronteiras), de homogeneização de relações sociais (de exclusão do heterogêneo, por consequência) e centralização da dominação

(o Estado *colado* à Nação), a fim de dar suporte e sentido à ideia unívoca de *Nação* (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 2-3).

É assim que somente no século XIX pode-se falar no *povo*, entendido como o conjunto daqueles que habitavam, por direito natural, certo território nacional. E essa concepção naturalista de povo como uma entidade viva, conduz à ideia de *raça nacional*, não no sentido biológico, mas da existência de um *espírito do povo*, uma essência da *cultura nacional*, que definiria a nação e a singularizaria entre as outras nações. É esse dispositivo das nacionalidades, que, articulando território, habitantes e Estado, que regula a necessidade da procura de símbolos que deem visibilidade e suporte a essa nação que é, necessariamente, *imaginada* (ANDERSON, 1989, p. 46-56).

No Brasil, isso acontece após o peculiar processo de independência – em que a separação colônia-metrópole é conduzida por um membro da própria Coroa metropolitana –, que dá continuidade à estrutura estatal que havia sido montada desde 1808, quando a Corte lusitana se mudara para a sua colônia americana. A chamada *independência* não significaria uma ruptura política, econômica e social com Portugal. Como Monarquia parlamentar, o Brasil mantém a escravidão e a agricultura de exportação, ambas controladas pela mesma elite agrária que, associada à administração metropolitana, firmou-se durante a colônia. O processo de consolidação do Brasil como *nação* não ocorre somente no plano político, de organização burocrática. Este necessita embasar-se enquanto território, povo e nacionalidade, buscando estabelecer uma coesão e uma unidade que não existiam (JANCSÓ E PIMENTA, 2000, p. 127-175).

A configuração inicial da Nação brasileira deu-se, segundo Albuquerque Jr. (1999, p. 39-46), dentro de uma *formação discursiva naturalista*. Formação discursiva, outro conceito foucaultiano usado pelo autor, seria o conjunto de discursos, enunciados, conceitos, objetos, temáticas agrupados dentro de determinado dispositivo por *regras de formação*, definindo aquilo que pode ser dito, como pode ser dito, por quem pode ser dito, de que lugar pode ser dito, quem pode entender/questionar/contrapor o que é dito (FOUCAULT, 1997, p. 42-56, 82-87). Nessa *formação discursiva naturalista*, o Brasil era pensado como uma nação de natureza exótica. Se, num primeiro momento, a natureza e os indígenas são representados de modo épico pelo Romantismo, a partir da década de 1870, o debate sobre a identidade nacional começava a ser balizado pelo cientificismo: ideias que vinham da repercussão de teorias elaboradas na Europa, como as de Auguste Comte, Herbert Spencer, Hippolyte Taine, Ernest Haeckel e Thomas Buckle, que mesmo distintas, possuíam um aspecto comum: o da evolução histórica dos povos. Tal evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as

diferentes sociedades humanas ao longo da história. Ao aceitar, como postulado que o simples (povos primitivos) evolui para o mais complexo (sociedades europeias), procurava-se estabelecer leis que presidiriam o progresso das civilizações e em que nível estaria cada uma delas.

Defendia-se, portanto, que a ciência era capaz de produzir um conhecimento objetivo e imediato, um “saber positivo” sobre a realidade. Infiltrando-se na historiografia, na crítica literária e nos estudos sociais, esse cientificismo permitia abordar a Nação brasileira, por exemplo, através do determinismo mesológico de Taine e Buckle, embasado na fórmula de análise composta pela tríade meio natural/raça/momento. O estudo do meio natural procurava identificar a influência exercida pelos aspectos geográficos, ao passo que a questão racial, calcada no *darwinismo social*, relacionava a diversidade de espécies naturais à diversidade das raças humanas, afirmando, por conseguinte, a existência de uma hierarquia das raças humanas. A par desses princípios, seria possível definir as leis que regulavam o desenvolvimento histórico dos povos e nações (SCHWARCZ, 1993, p. 34-53).

Nessa inflexão, são repensadas as possibilidades e modos de o Brasil ingressar no âmbito das nações civilizadas e modernas. O fim da escravidão e a proclamação da República aprofundarão esse debate. À elite atribui-se progressivamente o papel paternalista de condutora da nação rumo à sua modernização, cabendo a seus membros tutelarem o processo de *branqueamento*, de *saneamento* e de *educação* do povo “brasileiro” em formação, ainda uma enorme massa de desnutridos, adoentados, indolentes, ignorantes, espalhados pelos desassistidos sertões interiores (LIMA, 1999, p. 23-46). Segundo Albuquerque Jr. (2010, p. 6), o aprofundamento dessas problemáticas no Brasil, após a Primeira Guerra Mundial, levam à emergência da *formação discursiva nacional popular*.

Não se deve entender essa formação discursiva nacional-popular como uma ruptura total com a formação discursiva naturalista, visto que aquela articula e ressignifica vários enunciados desta última. Contudo, o ponto principal de mudança é que se deixa de procurar a identidade nacional no natural e no biológico. A História e a cultura dão lugar progressivamente às duas categorias anteriores, passando a serem consideradas as ferramentas legítimas para *interpretar* corretamente a Nação, vista agora mais como processo que como categoria estática. Seria necessário entender todo o desenrolar da História brasileira, entender suas origens, sua formação, permitindo assim compreender seus problemas presentes, postulando soluções para o futuro.

Nesse momento, estão em disputa vários discursos, visando atribuir a legítima identidade do Brasil. Para Durval Albuquerque Jr., essa disputa é marcada por um localismo:

os recortes regionais pretendem ganhar status de reais definidores da identidade nacional. Cada discurso regional seleciona elementos e indícios históricos e com eles tece “histórias do Brasil” que instituem um dado sujeito regional como centro da formação da nação, como sujeito do nacional, da nacionalização da história do país e como fundadores de nossa pátria. Criam-se marcos e heróis, mitologias para a “história da civilização brasileira”, como testemunhos da importância histórica decisiva de cada espaço na constituição do país (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 11).

A afirmação da suposta homogeneidade da identidade nacional só demonstraria as lutas de representação, as disputas discursivas pela construção dessa identidade. O *Nordeste*, na proposta de Durval Albuquerque Jr., é configurado a partir do momento que ocorre uma reordenação espacial do país, fruto de mudanças sociais, políticas e econômicas trazidas pelo fim da escravidão e pelo advento da República, marcando a progressiva perda de hegemonia econômica e política por partes das elites do Norte, desde meados do século XIX, e do crescimento do Sul enquanto foco da modernidade, do desenvolvimento industrial e do progresso econômico (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 67).

A seca de 1877-1879 teria sido usada como elemento de institucionalização da região. Fenômeno natural que teria acontecido inúmeras vezes anteriormente, pela primeira vez atingiria profundamente os oligarcas do Norte, passando a ser uma eficaz ferramenta para demandar recursos financeiros federais através da Inspetoria de Obras Contra as Secas, criada em 1909. A região vai ganhando contornos específicos a partir de então, até aparecer relativamente estabelecida já na década de 1930 (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 74).

Para Durval Albuquerque Jr., a fundação do *Centro Regionalista do Nordeste*, em 1924, em Recife, agregou intelectuais, políticos e artistas, que contribuíram sobremaneira para a consolidação da invenção da região Nordeste. É nesse Centro que surge o Movimento Regionalista e Tradicionalista de Recife, que realizou, em 1926, o Congresso Regionalista do Recife, evento importante para a solidificação da ideia de uma região Nordeste cultural e historicamente coesa. Em busca de definir o espaço e a identidade nordestinos, são agrupadas memórias, linguagens, experiências, costumes, no afã de reforçar a existência de uma essência homogênea do regional.

A par das reflexões encetadas nas páginas precedentes, pode-se agora tentar propor de modo mais específico algumas observações que levarão a pensar, não sobre a *origem* da Amazônia, mas sobre as condições que possibilitaram o aparecimento deste recorte espacial e discursivo. Muito embora o termo Amazônia apareça com certa frequência em textos de finais do século XIX, para definir a bacia do Rio Amazonas ou o território das Províncias do Pará e



do Amazonasⁱ, propõe-se aqui que a Amazônia como um recorte espacial específico que agruparia características designando um “todo” regional, só iniciará a ser articulado mais especificamente em finais da década de 1910 e ao longo da década de 1920.

Embasa-se essa proposição em conclusões de Paiva (2000), que estuda a gênese de três instituições no Amazonas no início do séc. XX (no caso, a Universidade Livre de Manaus, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a Academia Amazonense de Letras). Semelhantemente às oligarquias agrárias nordestinas que utilizam a seca como ferramenta política, para Paiva (2000, p. 48), os “diversos atores políticos e intelectuais locais, com vistas a explicar as raízes da crise”, elegem a “perda do monopólio sobre a extração do material gomífero para a Ásia” como explicação para a crise. Para o autor, um discurso regionalista sobre a Amazônia é instaurado a partir de então como reação à crise econômica decorrente da queda das exportações da borracha amazônica que afetara significativamente as oligarquias amazonenses (PAIVA, 2000, p. 46-47).

É sintomático então que, justamente nesse momento – em que os intelectuais no Amazonas articulam-se em torno de um projeto intelectual que busca dar visibilidade à região então imersa numa profunda crise econômica desde o começo do século –, criem-se instituições que agrupam intelectuais nativos legitimados para efetivar esse processo de construção da Amazônia enquanto um recorte espacial com características específicas, inserindo essa construção de uma identidade regional no debate maior da construção da identidade nacional no período.

O Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), fundado em 1917, e a Academia Amazonense de Letras (AAL), fundada em 1918, funcionaram como locais de consagração e legitimação dos sujeitos autorizados a se pronunciar a respeito da região. Agregando escritores, professores, jornalistas e polígrafos em geral, tanto os que já tinham uma atuação na vida cultural da cidade desde a época do fausto gomífero, na imprensa ou no magistério, quanto àqueles que se alinharam posteriormente a este projeto intelectual, essas instituições, ao longo da primeira metade do séc. XX, irão fundar uma tradição de pensamento social que contribuirá para dar consistência a esse objeto de saber chamado Amazônia (PAIVA, 2000, p. 128).

É justamente a partir daí que se iniciam as disputas intelectuais pela definição da identidade regional. Por exemplo, da década de 1930 em diante, cresce no Amazonas a produção de textos que buscam constituir um cânone de autores e obras “essenciais” para compreender-se a Amazônia. Conforme Paiva (2000, p. 24), obras como *A intelectualidade no Extremo Norte* (1934), de Anísio Jobim, *Intérpretes da Amazônia* (1935), de Péricles

Moraes, e *Letras da Amazônia* (1938), de Djalma Batista, efetuam tais listagens de biografias e obras de autores, na intenção de consolidar uma tradição literária pregressa que pudesse servir de legitimadora da posição destes intelectuais enquanto herdeiros dessa tradição, e, por conseguinte, como sujeitos autorizados a manifestarem-se sobre a Amazônia.

No centro dessa tradição intelectual, o nome de Euclides da Cunha vai sendo estabelecido praticamente de forma unânime como o pilar fundamental a partir do qual se devia partir para definir a Amazônia. Djalma Batista (2003, p. 22), por exemplo, afirma que a região, antes de Euclides, “era conhecida consoante a sua própria expressão, aos fragmentos. (...) Foi Euclides quem lhe deu nexos, traçando diretrizes seguras aos estudos amazônicos”.

Já Péricles Moraes (1935, p. 17) apresenta Euclides da Cunha como referência obrigatória. Para este autor, Euclides, ao combinar arte e ciência, teria sido o único a se aproximar de uma visão total da Amazônia, uma região gigantesca, misteriosa e quase impenetrável que, teria sido percebida quase sempre fragmentariamente. Dessa maneira, Péricles Moraes elege a obra de Euclides da Cunha como um marco inicial no conhecimento sobre a Amazônia, e somente à sua sombra poderia ser possível escrever algo sobre a região visto que era “o primeiro monumento que se vislumbra no horizonte literário amazônico”.

Realiza assim em seu texto um trabalho de depuração dos autores que publicaram depois de Euclides da Cunha: elogiando aos que se aproximaram do estilo hiperbólico e suntuoso de Euclides, e tecendo críticas a autores menos ortodoxos, tanto na linguagem quanto na posição política. Romancistas como Alberto Rangel, autor de *Inferno Verde* (1908), Alfredo Ladislau, autor de *Terra Imatura* (1923) e Ramayana de Chevalier, autor de *No circo sem teto da Amazônia* (1935), recebem o aval de Péricles Moraes por serem exemplos de seguidores de Euclides da Cunha, ao passo que Abguar Bastos e Francisco Galvão, que publicaram respectivamente *A Amazônia que ninguém sabe* (1932) e *Terra de Ninguém* (1934), por terem apresentado “exageros modernistas e ideias subversivas” (MORAES, 2001, p. 36-43), seriam maus exemplos de intérpretes da Amazônia.

Allison Silva (2008, p. 21-30) observa que, no afã de estabelecer uma tradição literária, Péricles Moraes ignorou obras anteriores a Euclides como *A muhraidá* (1785), poema épico de Henrique João Wilkens, do romance *Simá* (1857), de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, e também do romance *Os selvagens* (1875), de autoria de Francisco Gomes de Amorim.

Na contramão da proposta de Péricles Moraes, o médico Araújo Lima buscou, através de sua obra *A Amazônia, a terra e o homem* (1933), superar o que acreditava ser uma visão mistificada sobre a região. Já em 1929, o autor havia publicado um artigo – que viria a

integrar um dos capítulos de *A Amazônia, a terra e o homem* – intitulado “No reino das Náiades”, em que criticava tal visão (LIMA, 1975, p. 47-51).

Note-se o choque entre o discurso literário de Péricles Moraes e o discurso científico-sociológico de Araújo Lima, na disputa por definir as características da região. Contrapondo-se ao que considerava serem preconceitos geográficos, climáticos e raciais, que condenavam a região a um grau de civilização inferior, Araújo Lima (1975, p. 55-63) propunha recuperar o elemento humano: sua incapacidade não seria uma característica inata, mas uma decorrência da má alimentação e da má formação cultural do homem amazônico.

Araújo Lima inclusive contrapõe-se às análises euclidianas, que viram a região como “terra sem história”, “última página do Gênesis”, onde o homem não seria mais do que um “intruso” ante a grandiosidade da natureza. Ao dialogar com um repertório de saberes anterior, realizando uma série de reiteraões, reconfigurações e deslocamentos de estereótipos, estigmas e imagens a fim de resignificá-los em sua construção da região.

A obra do historiador amazonense Arthur Reis também está inserida nesse processo de luta de representações pela definição da identidade regional e que a partir do início do séc. XX passou a construir discursivamente a Amazônia enquanto região. Através do discurso histórico-sociológico, Arthur Reis produzirá uma obra que buscará instituir, para a Amazônia, ancestrais fundadores, um panteão de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, além de uma paisagem e uma espacialidade, procedendo, enfim, à naturalização dos atributos que serão associados à região.

A produção historiográfica de Arthur Reis relaciona-se a todo o contexto de transformações históricas que redimensionam a sociedade brasileira entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Seu discurso é aqui entendido como desdobramento do novo processo de ver, dizer e pensar o regional e o nacional, configurado no interior de uma nova formação discursiva, a nacional-popular, onde a nacionalidade brasileira passa a ser pensada cada vez menos por um viés naturalista, que se baseava nos fatores geográficos e raciais para explicar o país, e a identidade nacional passa a ser buscada na história e na cultura.

O processo de construção das identidades nacional e regional no Brasil não se dá de forma homogênea ou unívoca, mas abre campos de disputa política e intelectual sobre qual seria a matriz regional básica da nacionalidade brasileira. Cita-se, por exemplo, Cassiano Ricardo, líder do Movimento Verde-Amarelo, que, em sua obra *Marcha para Oeste* (1940), propõe a influência do bandeirantismo paulista na formação social e política do Brasil. Alceu Amoroso Lima, por sua vez, advogou a *mineiridade* como base da identidade nacional

brasileira. Já Gilberto Freyre apresenta a sociedade patriarcal dos engenhos de açúcar como célula original da nação.

Como a cultura era ponto importante no Estado Novo, os ideólogos do regime buscaram apropriar-se dessas proposições regionalistas, desarmando-as de suas características localistas, na intenção de utilizá-las como reforço da composição da ideia de uma unidade nacional homogênea. Porém, não obtiveram sucesso pleno, visto que as disputas pela definição da matriz da identidade nacional brasileira permaneceram até pelo menos o início dos anos 1960, ou seja, a homogeneização identitária nacional se deu durante o Estado Novo apenas no nível de projeto. Contudo, foi notável a aceitação, a partir de meados dos anos 1930, da proposta regionalista de Gilberto Freyre do Brasil como um continente formado por arquipélagos culturais e da diversidade regional como articuladora da identidade nacional.

Os principais pontos de tal proposição já podiam ser encontrados no Manifesto Regionalista de 1926. Esse Manifesto, em clara disputa com as propostas do Modernismo paulista de 1922, buscou apresentar as regiões como unidades onde se estabeleceram as raízes das características nacionais. Assim, para Gilberto Freyre (1952, p. 88), o nacional deveria ser estudado regionalmente, “sem o sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem”, ou seja, num país de dimensão continental como o Brasil, o natural e o cultural encarregavam-se de estabelecer as subdivisões. A proposta conciliatória do autor pernambucano parecia uma excelente saída para se articular as diferentes proposições identitárias: “as diferentes regiões se conciliam através do lusismo, comum, com o universalismo essencial” (FREYRE, 1952, p. 46).

Para Arthur Reis, é na colonização lusitana da região amazônica que devem ser procuradas as principais características da região. E a obra do historiador amazonense seria, em sua esmagadora maioria, uma descrição dos aspectos da experiência portuguesa na Amazônia: *presença de Portugal, dominação lusitana, dinâmica portuguesa, contribuição portuguesa, expansão portuguesa, ocupação portuguesa*. No teatro da história de Arthur Reis, a natureza amazônica é o palco para a atuação brilhante do protagonista lusitano e suas ações políticas, militares e civilizadoras, enquanto indígenas e caboclos constituem uma massa amorfa de coadjuvantes que aparecem vez ou outra na narrativa, apenas como suporte dos fatos que demonstrem as ações do colonizador.

Significativo dessa orientação é um pronunciamento seu em uma palestra (REIS, 1942, p. 4), que inicia da seguinte maneira:



Logo de início é preciso recordar que nossa civilização não se alicerçou em resíduos africanos ou gentílicos. Esses resíduos não devem ser esquecidos nem desprezados. Representam muito em nossa personalidade. Mas a civilização de fundo tropical que realizamos, essa, em suas linhas centrais, em suas forças mais vivas, mais fortes, mais expressivas, é lusitana, ocidental.

Ou seja, a *civilização tropical* erigida na Amazônia é, em seu âmago, *lusitana* e *ocidental*, e o que tiver de *africano* e *gentílico* é *residual*. A herança cultural maior é a do português.

É do colonizador português, então, a maior contribuição para a construção da Amazônia. O primado na condução do processo histórico na Amazônia, logo, é do elemento português que se impõe na posição de mando, de senhor, de liderança. Como já dito, o colonizador lusitano é o *ator principal*, cabendo aos outros elementos o papel de *coadjuvantes* do português na epopeia civilizatória. Dessa maneira, mais que em algum outro lugar, na Amazônia, “terra e homem [referindo-se aos indígenas], portanto, eram alguma coisa em ser, que os portugueses **deviam utilizar**, amoldando-os à sua vontade, às suas decisões, às suas fórmulas de vida” (REIS, 1966, p. 15).

Esse aspecto lusófilo da obra de Arthur Reis demonstra o quanto as propostas de Gilberto Freyre sobre a colonização portuguesa na América haviam se disseminado desde meados da década de 1930. *Casa-grande & Senzala*, obra do pernambucano publicada em 1933, e que é considerada pela bibliografia especializada como uma obra que estabeleceu uma nova interpretação para o Brasil, significativa dentro da formação discursiva nacional-popular, pois buscou romper com o pessimismo característico da formação discursiva anterior.

Gilberto Freyre, ao estudar o *Brasil colonial*, concluirá que a colonização portuguesa foi positiva, devido ao fato de o colonizador lusitano ser já um miscigenado muito antes de chegar à América, o que lhe dava a característica plástica e adaptável, permitindo-lhe – a partir de seu encontro com o indígena autóctone e o africano trazido escravo para a América – conduzir um processo colonizador que construiu uma sociedade multicultural, original e bem-sucedida nos trópicos (BENZAQUEN DE ARAÚJO, 1994).

Primeiramente, Arthur Reis estabelece uma origem para a Amazônia: a chegada dos europeus à região. O marco inicial para Arthur Reis não é nenhuma das populações que habitavam o lugar antes da chegada dos europeus. Assim, a história da Amazônia é a história de sua colonização pelos portugueses, mais especificamente em seus fatos político-administrativos.

Entretanto, mais do que um elogio laudatório do colonizador português, a narrativa da história da Amazônia construída por Arthur Reis, ao narrar um processo colonizador exitoso, conduzido por um Estado metropolitano presente e zeloso, situa a possibilidade de progresso e desenvolvimento desde a “gênese” da região. Nessa gênese, segundo a ótica de Arthur Reis, não estaria nem o primitivismo dos indígenas, nem a grandiosidade da natureza (ambos praticamente obliterados pelo historiador em sua escrita), mas, pelo contrário, o ímpeto colonizador português.

Essa construção do passado feita pelo autor permitiria encaminhar uma dupla operação: ao passo que dissociava a região da imagem de natureza idílica e exótica – contrapondo-se a uma concepção depreciativa conferida à região como lugar da barbárie e do primitivismo – postulava a possibilidade de se realizar, por parte do Estado nacional contemporâneo, a retomada e/ou a efetivação de uma obra civilizatória de êxito no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez Editora; Recife: FJN, Editora Massangana, 1999.

_____. **A moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX**. Disponível em

http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/Brasil500.pdf Acesso em: 13/08/2010.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BATISTA, Djalma. **Amazônia – cultura e sociedade**. Manaus: Valer; EDUA, 2003.

BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. **Guerra & Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Ed. 34, 1994.

BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 28-54.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: Idem. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 107-132.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991, pp. 173-191.

_____. Introdução geral. In: Idem. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p 11.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

- _____. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FREYRE, Gilberto. Continente e ilha. In: **Problemas brasileiros de Antropologia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- _____. **Manifesto Regionalista de 1926**. Recife: Edições Região, 1952, p. 88.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta – a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.
- LIMA, Araújo. **Amazônia, a terra e o homem**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, INL, 1975.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- MORAES, Péricles. Os intérpretes da Amazônia. In: _____. **Os intérpretes da Amazônia**. Manaus: Valer, 2001, pp. 15-65.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. **A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)**. Dissertação de Mestrado, FFCHL/USP, 2000.
- REIS, Arthur C. F. **Unidade Histórica**. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade. 1ª ed. Belém: [s. c. e], 1942.
- _____. A presença de Portugal na Amazônia. In: _____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 5)
- SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SILVA, Allison Marcos Leão da. **Representações da natureza na ficção amazonense**. Tese de Doutorado, FL/UFGM, 2008.

Nota

¹As primeiras obras a utilizarem o termo Amazônia são as de Luiz Rodolpho Cavalcanti de Albuquerque. *A Amazônia em 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. José Coelho da Gama Abreu, barão de Marajó. *A Amazônia: as províncias do Pará e Amazonas, e o governo central do Brasil*. Lisboa: Livraria Antiga e Moderna, 1883. José Coelho da Gama e Abreu, barão de Marajó. *As regiões amazônicas: estudos corográficos dos estados do Grão-Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1895. Frederico José de Santa-Anna Nery. *Le paysdesAmazones, l'Eldorado, les terres à caoutchouc*. Paris: L. Frinzone, 1885. José Veríssimo. *As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes*. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 50, v. 74, parte I, 1887.